

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1759887 - SP
(2018/0198163-4)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : ELIDA LEAL BARREIROS
EMBARGADO : RICARDO LEAL BARREIROS
EMBARGADO : OSMAR SOARES BARREIROS JUNIOR
EMBARGADO : ELIANE LEAL BARREIROS CUNHA
ADVOGADO : ALEXANDRE FERREIRA E OUTRO(S) - SP110168
EMBARGADO : OSWALDO PEREIRA SOARES
EMBARGADO : NATALIA PEREIRA SOARES
EMBARGADO : WANDA DA SILVA SOARES
EMBARGADO : JOSE PEREIRA SOARES JUNIOR
EMBARGADO : CELESTE NASCIMENTO SOARES
EMBARGADO : CARLOS FRANCISCO SOARES
EMBARGADO : MAGDALENA SOARES CORTEZ
EMBARGADO : CELIA APARECIDA DA SILVA SOARES
EMBARGADO : JOSE OSWALDO SOARES DE OLIVEIRA
EMBARGADO : FRANCISCA BONAVITA SOARES
EMBARGADO : JOSE RODRIGUES DOS SANTOS NETO
EMBARGADO : MEIRE SILVA DOS SANTOS SOARES
**ADVOGADO : FRANCISCO MACHADO DE LUCA DE OLIVEIRA
RIBEIRO E OUTRO(S) - SP097557**
EMBARGADO : WALDEMAR PEREIRA SOARES
EMBARGADO : JOSE PEREIRA SOARES
REPR. POR : JOSEFA DA SILVA SOARES - INVENTARIANTE
**ADVOGADO : VANDERLAN FERREIRA DE CARVALHO E
OUTRO(S) - SP026487**
EMBARGADO : NILDO SERPA CRUZ
EMBARGADO : AYMAR DE LIMA CRUZ
EMBARGADO : JOSE RODRIGUES DOS SANTOS NETO
**ADVOGADO : VANDERLAN FERREIRA DE CARVALHO -
SP026487**
INTERES. : PAULO FERREIRA CORTEZ
INTERES. : ELVIRA SOARES PRESTES - ESPÓLIO
REPR. POR : LUIZ LEITUGA PRESTES
INTERES. : FRANCISCO LIMONGI FRANCA
INTERES. : MARIA ZAIRA ALVES FRANCA
INTERES. : WALDEMAR PEREIRA SOARES JUNIOR
INTERES. : LUCILIA SOARES BACCARAT - ESPÓLIO
INTERES. : JOSÉ ROBERTO BACCARAT
**ADVOGADO : FRANCISCO MACHADO DE LUCA DE OLIVEIRA
RIBEIRO - SP097557**
INTERES. : SERGIO LUIZ PEREIRA SOARES
INTERES. : ODETE SOARES BARREIROS FACONTI

EMENTA

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OMISSÃO. ART. 1.021, § 3º, CPC. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III - A vedação constante do art. 1.021, § 3º, do Código de Processo Civil "[...] não pode ser interpretada no sentido de se exigir que o julgador tenha de refazer o texto da decisão agravada com os mesmos fundamentos, mas outras palavras, mesmo não havendo nenhum fundamento novo trazido pela agravante na peça recursal" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Min. Og Fernandes, Corte Especial, DJe 03.08.2016).

IV – Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora